

Congresso proíbe a política no corredor

No maior centro político do País, o Congresso Nacional, uma decisão da diretoria geral da Câmara surpreendeu e está revoltando os cerca de 3.800 funcionários: desde ontem, está proibida internamente aos funcionários a discussão e o envolvimento na sucessão presidencial, vedada qualquer manifestação pelos corredores e dependências da Casa, inclusive o uso de **buttons** de candidatos e distribuição de material de campanha. Aos infratores, haverá aplicação de punições.

A decisão, publicada já há três dias no boletim administrativo por decisão do diretor-geral da Casa, Adelmar Sabino, remete a resolução número 67, de 1962, que regula o funcionamento da Câmara. Ali, no artigo 198, entre as proibições impostas aos funcionários está a de "discutir política partidária". Mais adiante, no artigo 200, são estabelecidas as penas, que vão da simples advertência à suspensão por até 90 dias.

"Tinha um grupinho querendo se meter a engraçadinho e eu mandei o aviso: quem se meter a fazer política partidária aqui dentro será punido", disse Adelmar Sabino. Ele justifica a medida como uma atitude destinada a coibir o desvirtuamento do trabalho da Câmara, com favorecimento de candidaturas. Se diz disposto a punir, avisando que os seguranças e diretores estarão pelas dependências e corredores advertindo todos que descumprirem a proibição, subindo as penas em caso de reincidência. Só será aceita a atividade de campanha restrita aos gabinetes.

PT

Sabino contou que tomou a decisão depois que um grupo de funcio-

nários se juntou para formar comitê favorável a um dos candidatos. Ele não quis especificar quem. Não é difícil, porém, localizar o estópim. No último dia 14, comandados por funcionários das lideranças do PT, PSB e PC do B, vários empregados da Câmara participaram da fundação de um comitê pró-Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, que até prestigiou a solenidade, feita na comissão das relações exteriores.

O assessor de imprensa da liderança do PT, Márcio Araújo, é o primeiro a confirmar o episódio, da mesma forma que já anunciou a disposição de não obedecer à proibição, como outros funcionários, respaldado na posição de deputados do partido. "Não temos a intenção de fazer passeatas aqui dentro, mas sim de atuar junto ao Congresso". Márcio diz, ainda, que, mesmo antes da fundação do comitê, quando eles distribuíram volantes pelas dependências da Câmara, a administração local deixou claro que não toleraria aquele tipo de ação.

O presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, disse não ter assinado a proibição e preferiu escapar da polêmica prometendo "examinar" a questão. O vice-líder do PSDB, deputado Saulo Queiroz, disse estar contra a determinação, lembrando que ela se confronta com a ampla liberdade garantida pela Constituição, mesmo argumento usado pelo funcionário da liderança do PDT, Carlos Ely, que continuou exibindo o **button** do candidato Leonel Brizola, desafiando a proibição taxada por ele de "absurda".